

# Patrulha ideológica

**M**ais dez parlamentares, colocados sob suspeição em função de documentos recolhidos na casa de um diretor da Norberto Odebrecht em Brasília, deverão ter quebrado seu sigilo bancário e fiscal. O critério adotado para que se des-tacassem sob as luzes da ribalta decorreu de cruzamento de informações que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento já tinha com aqueles documentos, e mais a

carta de José Carlos Alves dos Santos em que se fazia menção ao nome de mais 16 parlamentares. Não se pense que a lista esgota as investigações que ainda serão feitas. Esse escândalo provocado pela atuação da máfia que se locupletava com o Orçamento da União elaborando-o a dedo para, depois, extrair vantagens do ilícito na etapa da execução, parece não ter fim; assemelha-se a novela que quanto mais se desfia mais tem linha. Resta saber em quanto tempo estará concluída a apuração de culpas, a fim de que decreto o castigo político a que fazem jus os transgressores da lei — sem prejuízo da condenação judicial. Aliás, quanto mais depressa, melhor, pois o próprio relator Roberto Magalhães teme que, se o tempo correr e se aparecerem mais nomes, não haverá punição para ninguém.

Curiosamente, entretanto, não consta da lista em questão o nome do deputado Miguel Arraes (PSB-PE). Ora, ele (e isso está no relatório da Odebrecht) teria pedido à empreiteira mesada do valor de US\$ 30 mil, contribuição para a campanha que empreende, empenhado em retornar ao governo de Pernambuco. O documento propõe até o patrocínio de outros candidatos a governos no Nordeste, como forma (hábil) de garantir a manutenção de obras na região. Não seria interessante ver o político socialista defender tamanha posição na CPI do Orçamento? Os documentos da Odebrecht, com perdão do que possa pensar o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), ou valem para todos ou não são dignos de atenção para quem quer que seja. Arraes e Bisol pertencem à mesma legenda, mas a circunstância não pode servir para qual-

quer tipo de favorecimento. Onde está a isenção?

Segundo o documento que compromete o deputado pernambucano, a situação não comporta duas interpretações: "Temos o pedido de M. Arraes, que está com a cam-

panha na rua e diz estar precisando de apoio mensal até janeiro". M. Arraes (e não há outro) reagiu saindo pela tangente. "Minha vida pública já foi toda investigada, inclusive durante o regime militar, e

nunca encontraram nada. Não vou dar curso a essas calúnias." Isto é muito pouco.

Seja como for, cumpre indagar se a pressão típica de patrulhamento, tão conhecida e usada, é que está fazendo poupar o político nordestino. Não é por ser de esquerda que alguém pode tirar atestado de idoneidade — embora por serem de esquerda muitos, no Brasil, tirem atestado de inteligência, clareza de visão e espírito progressista.

Ou a Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento manda chamar o sr. M. Arraes ou perderá muito em credibilidade. A idade avançada não há de servir de motivo para que ele seja poupado. Nem o fato de ter sido investigado pelo regime militar, sem que nada se encontrasse para desaboná-lo. No curso da vida tudo muda e todos mudam. Haverá tentações mais difíceis de suportar à medida que o tempo passa?

Há nomes de três deputados que constam das duas relações, a da Norberto Odebrecht e a de José Carlos dos Santos: José Carlos Aleluia (PFL-BA), Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP) e Eraldo Tinoco (PFL-BA). Os outros sete parlamentares que completam a dezena referida no início deste comentário são Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), Mussa Demes (PFL-PI), Osmânio Pereira (PSDB-MG) e Valdomiro Lima (PDT-RS), na Câmara. No Senado contem-se os srs. Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Dario Pereira (PFL-RN) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). É bom que esses nomes sejam investigados, mas será bom também que a CPI acelere o ritmo de seus trabalhos, para não deixar de fora quem quer que seja que esteja sob suspeição.

- 5 DEZ 1993

ESTADO DE SÃO PAULO